

As Terminologias Especializadas como Ferramentas para Novos Indicadores em Educação¹

Lourdes Marcelino Machado

Graziela Zambão Abdian Maia

Andréia Cristina Fregate Baraldi Labegalini

Resumo

Neste texto apontamos a importância dos estudos terminológicos para identificação, construção, leitura e interpretação de novos indicadores de ciência e tecnologia, pertinentes às novas demandas sociais. Diante do objetivo de discutir os desafios da utilização de indicadores para análise e formulação de políticas e para orientar o debate público, identificamos elos entre nossos estudos que resultaram em um Ensaio de Terminologia de Administração Escolar. Temos a convicção de que não há comunicação especializada sem terminologia igualmente especializada e seu uso adequado é fator decisivo para a divulgação precisa e objetiva da ciência e, no que aqui nos ocupa, para a leitura e interpretação de indicadores nacionais e internacionais. Entendemos que um estudo terminológico numa área de conhecimento como a educação pode conduzir à construção de novas ferramentas para leitura e interpretação de indicadores, favorecendo o debate público e a percepção social da ciência.

Palavras-chave: terminologias especializadas; educação; novos indicadores.

The Specialized Terms as Tools for New Indicators in Education

Abstract

In this text we point out the importance of the studies on terminology for identification, construction, reading and interpretation of new indicators of science and technology that belong to new social demands. Faced with the aim of discussing the challenges of using the indicators to analysis and formulation of policies and to orientate the public debate, we identify links among our studies that have resulted in an Essay on Educational Administration Terminology. We are convinced that there is not specialized communication without terminology that is equally specialized and its suitable usage is a decisive factor to precise and objective publishing of science and what we discuss in this paper, to the reading and interpretation of international and national indicators. We understand that a terminological study in a field of knowledge like education may lead to the construction of new tools for reading and interpretation of indicators, favoring

¹ As idéias deste texto foram apresentadas no VII Congresso Iberoamericano de Indicadores de Ciência Y Tecnologia, realizado em São Paulo, de 23 a 25 de maio de 2007, promovido pelo RICYT e FAPESP.

Key words: specialized terms; education; new indicators

1. Introdução

O objetivo deste texto é contribuir com o aprofundamento das pesquisas que utilizam indicadores para divulgarem resultados de avaliação do rendimento escolar, para isto, defendemos a importância dos estudos terminológicos para identificação, construção, leitura e interpretação de novos indicadores, pertinentes às recentes demandas sociais.

A questão nos faz lembrar que já nos idos de 1950, afirmava o insigne pensador brasileiro, Anísio Teixeira (1953), que é fundamental a existência de precisão na caracterização de conceitos e idéias, uma vez que as diferenças podem impedir o entendimento do problema e, conseqüentemente, o progresso de solução aceitável. Os problemas de linguagem nos cercam de longa data uma vez que nos defrontamos, na teoria e na prática pedagógica, talvez mais que em outras áreas das ciências humanas, com a polissemia própria da língua agravada pelas inúmeras tendências pedagógicas em movimento no cenário educacional. Nesse sentido, nossa riqueza lingüística transforma-se em pobreza teórica, pois as diferentes posições não são apreendidas e compreendidas fora da comunidade dos pares que compartilham as mesmas posições. Em outras palavras, os significados e conceitos não conversam entre si.

Cumpramos esclarecer que nossas preocupações têm por alvo prioritário a educação básica. Acerca desse nível de ensino, reconhecemos os grandes avanços na coleta e disseminação de indicadores quantitativos não se constituindo esse aspecto em nosso objeto. Nossas intenções e atenções voltam-se para os processos mais compreensivos e extensivos de disseminação e interpretação desses indicadores que, a nosso ver, sinalizam mais para resultados e aspectos de atendimento da demanda e organização dos sistemas do que para os processos conducentes à aprendizagem, pois, na base dos dados coletados e disponíveis, encontram-se as informações sobre matrículas, funções docentes, número de classes, estabelecimentos, etc.

Da leitura de alguns documentos internacionais, como o da *Reunión Regional de Consulta de América Latina y el Caribe de la Conferencia Mundial sobre la Ciencia*, realizada em Santo Domingo (1999), destacamos a afirmação, com a qual concordamos, que é “indispensável melhorar o conhecimento e análise, e contribuir para a harmonização das complexas inter-relações entre a ciência, a

tecnologia e a sociedade”, como dever dos sistemas democráticos, e também que aos pesquisadores cabe “levar em conta as opiniões da sociedade e dialogar efetivamente com ela”. O citado documento também salienta que

a ampliação do conjunto de seres humanos que se beneficiam diretamente dos avanços da investigação científica e tecnológica [...] a expansão do acesso à ciência, entendida como um elemento central da cultura [...] enfatiza a importância da educação e da divulgação da ciência e da tecnologia para o conjunto da sociedade. [...] Deve-se considerar a percepção que a sociedade tem acerca da ciência e da tecnologia em cada país, a fim de conhecê-la e tomá-la como base para a formulação democrática de estratégias e políticas de desenvolvimento científico e tecnológico. Apenas um apoio majoritário dos cidadãos, explícito e consciente pode garantir a continuidade do investimento em ciência e tecnologia nos níveis requeridos para que a geração endógena de conhecimentos se converta em alavanca do progresso, e possa assim consolidar-se como uma atividade socialmente valorizada.

Portanto, as preocupações e o foco da educação são alterados significativamente frente às recentes demandas sociais e econômicas, tanto no âmbito do governo como no âmbito das pesquisas da área. Em relação ao primeiro, identificamos, principalmente na década de 1990, determinações políticas que valorizam a escola como espaço de construção da qualidade de ensino, considerando as questões relacionadas à estrutura física e material e as questões mais específicas de natureza pedagógica. As escolas são consideradas o sujeito principal que determina o êxito ou o fracasso do processo educacional, porque esta perspectiva considera que houve mudança de um modelo estático para um modelo dinâmico de escola, o que implica a consideração pelos processos vivenciados no cotidiano, bem como pela presença de liderança forte, que seja capaz de mobilizar os integrantes da organização para se atingir os objetivos propostos (LÜCK, 2000).

No âmbito da Universidade, o interesse pelo estudo da escola se inscreve como abordagem alternativa às anteriores, que privilegiavam ora uma perspectiva *macro* ao enfatizar as questões relacionadas à sociedade e à estrutura do sistema educacional, ora uma perspectiva *micro*, com ênfase nos processos internos às salas de aulas, manifestados principalmente nas relações entre professores e alunos. É possível afirmar que

[...] o interesse pela eficácia das escolas se inscreve como

prolongamento direto de trabalhos polêmicos de diversos autores dos anos 70, que colocavam em dúvida a capacidades das escolas em influenciar verdadeiramente, no sentido positivo, o desenvolvimento das crianças. (THURLER, 1998, p.176).

Como contraponto, emerge uma perspectiva *meso* de abordagem, que privilegia o estudo das escolas, com ênfase nos modelos políticos e simbólicos presentes no cotidiano destas organizações (NÓVOA, 1995). As pesquisas demonstram preocupação com dois aspectos principais relacionados às escolas: as características organizacionais que podem ser responsáveis por sua eficácia ou não; os valores compartilhados pelos seus membros que constroem sua especificidade e a sua identidade.

Apesar de constituírem âmbitos distintos, ambos – governo e comunidade acadêmica - evidenciam, juntamente com a sociedade, a preocupação com a melhoria da qualidade de ensino, não mais restrita a uma perspectiva clássica e quantitativa, pois o foco é “[...] captar uma realidade em constante movimento, que só existe no espaço de interação dos atores envolvidos” (THURLER, 1998, p.175). Neste sentido, podemos afirmar que em relação à eficácia da educação,

[...] está-se abandonando a abordagem inicial, tecnicista e quantificadora, para se colocar em relação diferentes efeitos e características qualitativas, tais como o clima da escola, sua cultura ou sua ética. Essas características não podem ser captadas pelos métodos clássicos de observação pontual e externa, pois fazem parte de modos de funcionamento que só chegam a ser captados enquanto duram e observando-se as interações e as representações dos envolvidos. (THURLER, 1998, p.175).

A divergência entre as diferentes ênfases manifesta-se em vários aspectos, sendo que um deles, talvez o principal, seja a ausência de consenso em relação à terminologia utilizada, o que faz parecer que abordam objetos diferentes. A multiplicidade de conceitos, neste sentido, pode acentuar, infelizmente, a distância entre a teoria educacional e a prática efetiva das escolas e, conseqüentemente, a qualidade de ensino demandada pela sociedade.

Para atingirmos o objetivo explicitado no início desta introdução, dividimos o texto em três partes principais. Na primeira, abordamos os resultados de nossos estudos recentes realizados no âmbito da Administração da educação para, em um segundo momento, identificarmos algumas pesquisas que utilizam indicadores para apresentarem resultados de avaliação da qualidade da educa-

ção. Finalizamos com a proposição de procedimentos para a construção interdisciplinar de uma terminologia da área da educação que conduza à construção de novas ferramentas para a leitura e interpretação de indicadores, ao debate público e à percepção social da ciência.

2. A Terminologia em Administração da educação

No desenvolvimento dos projetos de pesquisa integrados, buscamos aprofundar, em uma primeira etapa (MACHADO et al., 2003), o estudo sobre a teoria Administrativa da educação, identificando os traços marcantes da produção do conhecimento na área, a partir de seus precursores, desta forma, a preocupação principal foi (re)conhecer a evolução da teoria de Administração da educação no Brasil, mediante análise de textos e autores selecionados a priori.²

A primeira vertente procurou realizar uma análise temática da obra de Anísio Teixeira, um dos precursores da Administração da educação no Brasil, evidenciando sua contribuição para a constituição da área como um campo de saber, pela explicitação de sua natureza e fontes. Ao contrapor as posições de Querino Ribeiro (1952) e Anísio Teixeira (1968), principalmente, na década de 1980, questionou-se sobre as relações entre a administração de empresas e a administração escolar, se Anísio Teixeira representaria uma “tradição desafortunada” – na expressão de Lovisolo (1990) – e Querino Ribeiro, uma “tradição afortunada”. Diante das “coincidências” temáticas entre a obra desses autores e as questões atuais sobre política e administração da unidade escolar, a indagação feita dizia respeito à legitimidade de se afirmar a atualidade do pensamento dos precursores da Administração da educação, no Brasil.

A segunda vertente do projeto partiu do pressuposto da existência de algumas obras que, na etapa preliminar da pesquisa, foram consideradas “paradigmáticas” na constituição desse campo de conhecimento, o que levou ao questionamento da existência de modelo(s) teórico(s) de Administração da educação, no Brasil. A hipótese aventada referia-se à possibilidade de, ao longo do período 1950-1980, identificar-se momentos e movimentos, na teoria da Administração da educação, traduzidos em modelos teóricos, por meio da análise de um conjunto de textos/autores. Os autores selecionados para exame foram Anísio Teixeira (1997), Querino Ribeiro (1952), Lourenço Filho (1963), Myrtes Alonso (1976), Maria de Fátima Costa Félix (1989) e Vitor Paro (1999).

² Os projetos têm como coordenadora a professora doutora Lourdes Marcelino Machado e apoio financeiro do CNPq.

Em contrapartida, se foi possível no corte longitudinal dos anos de 1950 aos de 1980, a identificação a priori de textos e/ou autores considerados “paradigmáticos”, o mesmo procedimento em relação à década de 1990, requereu um levantamento prévio dos autores e/ou textos significativos como base para a seleção *in processu* dos “paradigmas” da década. Essa questão inspirou a terceira vertente que teve como foco inicial o levantamento bibliográfico dos livros publicados na década de 1990, excluídas as reedições e deteve-se na análise temática de dois títulos selecionados ao longo da pesquisa, mediante o critério de potencialmente constituírem modelo(s) teórico(s).

O levantamento bibliográfico constituiu em outra vertente realizada no âmbito da Iniciação Científica. O estudo que constitui a quarta vertente do projeto considerou que o surgimento da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), em 1961, foi um momento importante para o desenvolvimento e expansão dos estudos de Administração da educação no Brasil. Neste sentido, coube investigar o alcance e influência da ANPAE no desenvolvimento da teoria da Administração da educação, enquanto produtora de conhecimento na área.

A continuidade da primeira pesquisa teve como ponto de partida a dificuldade inicial de se poder identificar, na construção do conhecimento em Administração da educação, conceitos fundamentais que pudessem ser considerados como uma “tábua” de categorias com determinações particulares designativas do que lhes é particular, sendo assim, o estudo realizado, além de cumprir com os objetivos pretendidos, esboçou a identidade da área de Administração da educação, entretanto, surpreendeu-se com a dificuldade lingüística existente no campo teórico.

Assim sendo, o estudo posterior (MACHADO et al., 2006) aprofundou o trabalho e buscou a caracterização da especificidade da área através da construção de verbetes explicativos, constituindo um glossário dos termos usuais.

Do percurso realizado, entrevistamos um conjunto de termos que acenaram para a construção de um arquivo terminológico de Administração da educação, conforme apresentado no Quadro 1. As convenções adotadas foram:

TG – indicativo de Termo Geral;

VC - indicativo de Variante(s) Conceitual(is).

Na versão preliminar do “Ensaio de uma Terminologia em Administração da Educação no Brasil” (MACHADO et al., 2006), os verbetes foram organizados em quatro categorias básicas, detalhadas no quadro abaixo:

- I - Os Conceitos básicos;
- II - As Ações;
- III – Os Órgãos e os Agentes e
- IV – As Teorias e os Paradigmas.

quadro 1

Vocabulário usual da área de administração da educação, identificado no estudo

Categoria	Termos Gerais	Variantes Conceituais
I - OS CONCEITOS	Administração	Administração escolar
		Administração da educação\educacional
		Administração pública
	Autonomia	Autonomia administrativa
		Autonomia da escola
		Autonomia didático-pedagógica
	Cidadania	
	Controle	
	Cultura	Cultura organizacional
	Estrutura	
	Gestão	Gestão da educação
		Gestão escolar
		Gestão da educação escolar
		Gestão democrática
	Mudança	Mudança em educação
Planejamento		
Poder		
Projeto	Projeto pedagógico	
Racional\ Racionalidade		
Papel		
Função		
II-AS AÇÕES	Avaliação	Avaliação alternativa
		Avaliação continuada
		Avaliação cumulativa
		Avaliação da educação
		Avaliação da escola
		Avaliação diagnóstica
		Avaliação do rendimento escolar
		Avaliação escolar
		Avaliação formativa
		Avaliação normativa
		Avaliação in processu
	Avaliação somativa	
	Centralização	
	Coordenação	
	Democratização	Democratização da educação
	Descentralização	
	Municipalização	Municipalização do ensino
Organização	Organização não-governamental (ong)	
	Organização da educação	
	Organização escolar	
Participação		
Liderança		

III - OS ÓRGÃOS E OS AGENTES	Conselhos	Conselhos de educação
		Conselho de classe
		Conselho de escola
	Escola	
	Sistemas	Administração dos sistemas de ensino
Sistema de ensino		
Diretor	Eleição de diretores	
IV - AS TEORIAS E OS PARADIGMAS	Burocracia	
	Democracia	
	Desenvolvimento	
	Direito e Legislação	Direito à educação
		Direito educacional
	Teoria	Modelos teóricos
Teoria das Organizações		

De modo sucinto, podemos dizer que o estudo empreendido, do qual foi extraído o quadro acima, resultou de procedimentos metodológicos que implicaram movimentos complementares de dedução e indução. O momento dedutivo deu-se nos passos iniciais dos estudos, quando a partir da leitura de documentos, textos e pesquisas realizadas, foi elaborada uma lista geral de termos e expressões. Em momento posterior, esses termos pré-selecionados foram, ora reduzidos, ora ampliados, em face da análise temática realizada nas obras selecionadas. Embora parcial, o estudo evidenciou, na subárea estudada (Administração da educação), significativa variação terminológica e alterações no uso e significado dos termos em diferentes momentos da história recente do país.

3. A Utilização dos Indicadores na Área da Educação

Já existem Indicadores da Qualidade na Educação (INDICADORES, 2004, p.04) que foram criados com o objetivo de ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade do ensino. A apresentação do documento, coerente com as considerações teóricas anteriores, evidencia que

[...] não existe um padrão ou receita única para uma escola de qualidade, uma vez que este se constitui em um conceito dinâmico, que deve ser reconstruído permanentemente. Cada escola deve ter autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação e, compreendendo seus pontos fortes e fracos, possa ter condições de intervir para melhorar sua qualidade de acordo com critérios e prioridades próprios.

A intenção dos Indicadores da Qualidade da Educação, resultado da parceria de várias organizações governamentais e não-governamentais – Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Cenpec, CNTE, Consed, Fundação Abrinq, Fundescola-MEC, Seif-MEC, Seesp-MEC, Caise-MEC,

IBGE, Instituto Polis, Ipea, Undime e Uncme³, é proporcionar

[...] um quadro de sinais que possibilita identificar o que vai bem e o que vai mal na escola, de forma que todos tomem conhecimento e tenham condições de discutir e decidir as prioridades de ação para melhorá-lo (INDICADORES, 2004, p.7).

O documento ressalta que a avaliação é responsabilidade de toda a comunidade (pais, professores, diretores, alunos, funcionários, órgãos públicos, universidades) que as informações produzidas pelas escolas não serão divulgadas publicamente ou utilizadas em rankings de comparação, sendo assim,

[...] o objetivo é contribuir para que a comunidade escolar se engaje na luta pela melhoria da qualidade da escola [...] e que [...] a decisão de utilizar os indicadores e de compartilhar os resultados da avaliação é da escola, sua adesão a iniciativas coletivas é voluntária (INDICADORES, 2004, p.7).

Para chegar aos Indicadores da Qualidade na Educação foram identificados sete elementos fundamentais, tidos como dimensões, que devem ser considerados pela escola na reflexão sobre sua qualidade, sendo que cada uma delas é constituída por um grupo de indicadores que são avaliados por perguntas a serem respondidas coletivamente. As respostas permitem que a comunidade escolar avalie a qualidade da escola quanto àquele indicador, se a situação é boa, média ou ruim. As dimensões são:

³ a) Ação Educativa: Assessoria, Pesquisa e Informação: www.acaoeducativa.org; b) Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia do Ministério da Educação: www.inep.gov.br; c) PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: www.pnud.org.br; d) Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância: www.unicef.org.br; e) Cenpec: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária: www.cenpec.org.br; f) CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: www.cnte.org.br; g) Consed: Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação: www.consed.org.br; h) Fundescola: Fundo de Fortalecimento da Escola, programa do MEC nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: www.fundescola.mec.gov.br; i) IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ligado ao governo federal: www.ibge.gov.br; j) Polis: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais: www.polis.org.br; k) Ipea: Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados, ligado ao governo federal: www.ipea.gov.br; l) Unidme: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação: www.undime.org.br; m) MEC: Ministério da Educação: www.mec.gov.br; n) Uncme: União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação: www.upcme.com.br/uncme.htm.

1. Ambiente educativo
2. Prática Pedagógica
3. Avaliação
4. Gestão escolar democrática
5. Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola
6. Ambiente físico escolar
7. Acesso, permanência e sucesso na escola.

É importante indicar que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) também firmou convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais que visa a análise da produtividade do sistema educacional brasileiro “[...] no que diz respeito a rendimento e permanência dos alunos no ensino fundamental” (GOLGHER; RIOS-NETO, 2005, p.7). Para sua realização, foram “[...] utilizadas as bases de dados do Inep e de outros órgãos produtores de informação, a fim de que fossem desenvolvidas metodologias analíticas e de pesquisa” (GOLGHER; RIOS-NETO, 2005, p.8), cujos resultados encontram-se em documento publicado pelo próprio INEP.

Notando esforços realizados com relação aos indicadores educacionais, vale destacar que o Brasil, conforme informações contidas no sítio do INEP, participa do Programa Mundial de Indicadores Educacionais (WEI), com alguns projetos especiais: Professores para as Escolas do Amanhã⁴; Financiamento da Educação – Investimentos e Retornos⁵ e Pesquisa do WEI sobre Escolas Primárias (WEI-SPS)⁶.

⁴ Os países que participam no programa da UNESCO/OECD WEI são: Argentina, Brasil, Chile, Egito, Índia, Indonésia, Jamaica, Jordão, Malásia, Paraguai, Peru, Filipinas, Rússia, Sri Lanka, Tailândia, Uruguai e Zimbábue (INEP, acesso em 10/5/2007).

⁵ Esse relatório observa os impactos do capital humano no crescimento econômico e examina os gastos educacionais e investimentos estratégicos de ambas as perspectivas públicas e privadas. Este relatório é o terceiro de uma série de relatórios que busca analisar os indicadores do WEI em áreas de informação crucial para os governos, juntando dados de países participantes com dados comparáveis dos países da OCDE (INEP, acesso em 10/5/2007).

⁶ A Pesquisa sobre Escolas Primárias, um dos estudos especiais do WEI, está sendo desenvolvida em 14 países (Argentina, Brasil, Chile, Índia, Indonésia, Malásia, Paraguai, Peru, Filipinas, Rússia, Sri Lanka, Tunísia, Uruguai e Zimbábue) e visa coletar dados que permitam comparar o funcionamento das escolas primárias (ou, de acordo com a terminologia em uso hoje no Brasil, do ensino fundamental de 1ª a 4ª série ou equivalente) nos diferentes contextos nacionais, sob a perspectiva da efetividade (da escola e das práticas pedagógicas) e da equidade. (INEP, acesso em 10/5/2007)

O primeiro desses projetos, *Professores para as Escolas do Amanhã*, considera “os desafios em manter a habilidade e motivação dos professores e trata de examinar as escolhas políticas e os negócios que os países fazem para expandir o acesso a educação e atrair e manter bons professores”. O relatório efetivado busca comparar “as qualificações, condições de trabalho e número de professores disponíveis”, ao mesmo tempo analisa “[...] escolhas políticas que os países enfrentam quando decidem requerimentos, salários e número de horas de trabalho para professores” (BRASIL, 2007, p.1).

O objetivo principal do segundo, *Financiamento da Educação – Investimentos e Retornos*, é evidenciar o “papel do capital humano e da educação em melhorar a economia, assim como estratégias de financiamento que poderão ajudar os governos a deixar atores públicos e privados assim como acionistas a participar e dividir custos e benefícios” (BRASIL, 2007, p.1).

Já a pesquisa sobre as Escolas primárias

pretende contribuir com os esforços do Brasil e dos demais países envolvidos para melhorar o acesso, a qualidade e a equidade da educação ofertada à sua população, na medida em que ajuda a aprofundar o conhecimento sobre a complexidade dos processos educativos. (BRASIL, 2007, p.1)

Tendo por alvo a 4ª série da escola primária (correspondendo em nosso sistema à 4ª do Ensino Fundamental), o estudo busca conhecer a organização e funcionamento desse grau de ensino, mediante aplicação de questionários a diretores e professores docentes, de uma amostragem aleatória de, no mínimo, 400 escolas em cada país participante.

4. Algumas Sugestões Metodológicas

A realidade com que nos defrontamos diuturnamente evidencia que nem mesmo entre os integrantes dos diferentes grupos profissionais que vivem e convivem em nossas escolas possuem uma linguagem única e, com menor ênfase, acreditamos poder afirmar que o mesmo se dá entre os acadêmicos de nossa área.

Apesar de constatar os avanços obtidos e o esforço do INEP na construção de um Dicionário de Indicadores Educacionais, entendemos que um estudo terminológico da área de Educação pode conduzir à construção de novas ferramentas para leitura e interpretação de indicadores, favorecendo o debate público e a percepção social da ciência. A afirmação parte do pressuposto que é

[...] eficaz o treinamento em que tanto os treinados quanto seus chefes imediatos ficam satisfeitos com os resultados obtidos; em que objetivos pedagógicos são atingidos e mantidos por longo tempo; e, também, em que conhecimentos e habilidades adquiridos são eficazmente utilizados no trabalho, melhorando desta forma, o desempenho do servidor, de sua unidade de trabalho e de sua instituição. (BRASIL, 2000, p.4).

Face ao exposto e às nossas experiências de pesquisa, considera-se possível contribuir, em vários aspectos, com o aprofundamento das pesquisas destacadas anteriormente, sendo um deles a tentativa de captar o processo educacional tendo como base a construção de linguagem comum, que facilite a compreensão dos resultados por parte de todos os interessados da área, constituída por profissionais acadêmicos, comunidade, profissionais da escola e governo.

Na direção de nossas preocupações, sugerimos, apenas como um possível ponto de partida, alguns procedimentos metodológicos para uma terminologia que, potencialmente, possa contribuir para uma melhor compreensão de indicadores de qualidade na educação básica, pela sociedade e pelo conjunto de educadores que atuam no “chão-da-escola”.

Em primeiro lugar, cumpre-nos observar que para os procedimentos aqui sugeridos, uma rede de pesquisadores compondo uma equipe multidisciplinar é o desejável, sendo imprescindível a presença de estudiosos das áreas de Educação, e suas especialidades, e da área de Ciência da Informação, notadamente os voltados para a especialidade de linguagem documentária.

Para uma primeira etapa de levantamento de descritores, sugerimos a alternância metodológica entre dedução e indução⁷, constituindo duas fases: a primeira de análise temática, visando extrair um conjunto de termos-chave a partir de documentos pertinentes à área em estudo; a segunda visando a primeira aproximação a um vocabulário controlado, a partir de amostragem de sujeitos de diferentes origens e segmentos.

Levando-se em conta a experiência do grupo de pesquisadores, a primeira etapa (dedutiva) é de conhecimento geral. Entendemos que para a coleta de dados, na segunda etapa, a metodologia do Protocolo Verbal, potencialmente, permitiria captar a compreensão dos sujeitos dos descritores a serem utilizados na construção da terminologia especializada.

⁷ A respeito ver: CERVANTES, B.M.N. *Terminologia do processo de inteligência competitiva*. Londrina: EDUEL, 2006.

Em relação à primeira etapa, sugerimos que os descritores sejam identificados da análise temática de documentos - legislação recente e produção teórica da área -, a qual pode receber grande contribuição da pesquisa relatada anteriormente, que já delimitou a terminologia da produção teórica naquele período determinado.

O Protocolo Verbal, por sua vez, pode contribuir com a realização da segunda etapa uma vez que

[...] é uma metodologia de coleta de dados introspectiva que propõe o acesso ao processo de pensamento do indivíduo que executa uma determinada atividade com objetivo pré-determinado. Enquanto executa a tarefa, o indivíduo verbaliza 'tudo o que lhe passa pela cabeça' e após a transcrição de seu Protocolo Verbal é possível observar os conhecimentos declarativo, procedimental e metacognitivo sobre a atividade realizada (FUJITA; RUBI, 2007, p. 143).

Fujita e Rubi (2007) apontam duas modalidades básicas de Protocolo Verbal: o individual e o em grupo, sendo este último o que aqui mais nos interessa, pois

O Protocolo Verbal em grupo, também conhecido como leitura como evento social consiste na reunião de pessoas (sujeitos participantes e pesquisador) para leitura de um texto e discussão de temas suscitados pelo mesmo... Essa metodologia representa a abordagem de leitura como evento social e cultural, onde ocorre uma interação entre os membros do grupo, por meio de um texto base, a fim de construir um significado do mesmo (FUJITA; RUBI, 2007, p.145).

O protocolo verbal em grupo pode ser utilizado para observação da visão que um determinado grupo tem sobre um assunto ou tema e prevê, segundo as autoras, a realização dos seguintes procedimentos, que podem ser válidos para nossa proposta:

A) Procedimentos anteriores à coleta de dados:

- definição do universo da pesquisa e seus objetivos;
- definição da tarefa a ser solicitada, considerando que o texto não deve ser de conhecimento dos participantes. A tarefa é a discussão do texto e ao pesquisador cabe atuar na discussão, organizando a atividade e instigando os participantes a darem suas contribuições.

- Seleção dos sujeitos: em relação à nossa proposta, os sujeitos deverão ser de diferentes origens (regiões do país) e também de diferentes segmentos (profissionais da escola, pais, profissionais da universidade).

B) Procedimentos durante a coleta de dados

- Gravação da discussão do texto pelo grupo de sujeitos.

C) Procedimentos posteriores à coleta de dados

- transcrição literal das gravações: a transcrição

[...] demonstrará as falas dos diferentes participantes durante a discussão. Dessa forma, será preciso dividir a transcrição em turnos que representará a fala de cada um dos participantes, identificando-as com numeração seqüencial e nomes fictícios. Posteriormente os turnos serão agrupados nos temas que representam as categorias e numeradas em unidades de análise com as respectivas denominações das categorias para que a análise seja facilitada e a natureza contínua da interação seja mantida. (FUJITA; RUBI, 2007, p.151).

5. Considerações Finais

O objetivo deste texto foi apontar a importância dos estudos terminológicos para identificação, construção, leitura e interpretação de novos indicadores, pertinentes às recentes demandas sociais. Nosso trabalho considerou a existência de grandes avanços na coleta e disseminação de indicadores quantitativos na área da educação, mas pretendeu abordar outro aspecto, relacionado ao olhar de pesquisadores que se preocupam com o processo educacional da educação básica e com elementos mais compreensivos e extensivos de disseminação e interpretação dos indicadores.

Da leitura de alguns documentos internacionais, identificamos o necessário e almejado intercâmbio entre a ciência e tecnologia e a sociedade, neste sentido, a busca de uma terminologia comum, no nosso entendimento, pode ser capaz de proporcionar grande contribuição.

Na educação, emerge forte preocupação com a escola e com o processo de qualidade de ensino, entretanto, conforme analisado no texto, a realidade com que nos deparamos diuturnamente evidencia que nem mesmo entre os integrantes dos diferentes grupos profissionais que vivem e convivem em nossas escolas possuem uma linguagem única e, com menor ênfase, acreditamos poder afirmar que o mesmo acontece entre os acadêmicos de nossa área.

Na direção de nossas preocupações, sugerimos, como um possível ponto de partida, alguns procedimentos metodológicos para estabelecimento de uma terminologia que, potencialmente, possa contribuir para uma melhor compreensão de indicadores de qualidade na educação básica, pela sociedade e pelo conjunto de educadores que atuam na escola. A elaboração, leitura e interpretação inequívoca de indicadores de qualidade educacional é requisito para que os novos indicadores sejam eixos orientadores das intervenções que os padrões de aprendizagem revelados pelos sistemas nacionais e internacionais de avaliação do desempenho dos alunos, das escolas e dos sistemas educativos exigem.

Ressaltamos que o apresentado é um ponto de partida que não se constituiu, até este momento, em um programa rígido de pesquisa e finalizamos manifestando nossa crença que sem educação básica de qualidade os avanços em ciência e tecnologia terão seu impacto social minimizado.

Referências

ALONSO, M. *O papel do diretor na administração escolar*. São Paulo: DIFEL, EDUC, 1976.

BRASIL. Escola Nacional de Administração pública. *Relatório de Avaliação do curso Elaboração de indicadores de desempenho institucional*. Brasília: ENAP, 2000.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Programa Mundial de Indicadores Educacionais (WEI). Disponível em: www.inep.gov.br/internacional/wei/novo/pesq/htm.

Acesso em 10 de maio 2007.

CERVANTES, B.M.N. *Terminologia do processo de inteligência competitiva*. Londrina: EDUEL, 2006.

FÉLIX, M.F.C. *Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?* Ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. (Coleção educação contemporânea).

FUJITA, M.S.L. ; RUBI, M.P. Protocolo Verbal como metodologia socio-cognitiva para coleta de dados e recurso pedagógico em sala de aula. In: MACHADO, L.M., MAIA, G.Z.A. e LABEGALINI, A.C.F.B. *Pesquisa em Educação: Passo a Passo*. Marília: Edições M3T, 2007.

GOLGHER, A.B; RIOS-NETO, E.L.G. *Aspectos metodológicos sobre indicadores educacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

INDICADORES de qualidade na educação. Ação Educativa, UNICEF, PNUD, INEP-MEC (coords). São Paulo: Ação Educativa, 2004.

LOURENÇO filho. m.B. *Organização e Administração Escolar*. Curso Básico. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

LUCK, H. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação dos seus Gestores. *Em aberto*, Brasília. v.17, n. 72, p.11-34. Fev-Jun, 2000.

MACHADO, L.M et al. *Ensaio de uma Terminologia em Administração Escolar*. Relatório entregue ao Cnpq, 2003.

_____. *Ensaio de uma Terminologia em Administração Escolar*. Relatório entregue Ao Cnpq, 2006.

NÓVOA, A. Para uma Análise das Instituições Escolares. In: _____. (org.). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PARO, V. *Administração Escolar*: introdução crítica. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

REUNION regional de consulta de America Latina yel Caribe de la Conferencia mundial sobre la ciencia. Science for the Twenty-first Century World. Conference on Science, UNESCO. Santo Domingo (República Dominicana), 1999. Disponível em:

www.unesco.org/science/wcs/meetings/lac_santo_domingo_s_99.htm. Acesso em: maio, 2007.

RIBEIRO, J.Q. *Ensaio de uma Teoria da Administração Escolar*. São Paulo: FFCL-USP, Boletim 158, 1952.

TEIXEIRA, A. A crise educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 50, p. 20-43, abr./jun. 1953.

_____. *Educação para a Democracia*: Introdução à Administração Educacional. 2ª Ed. RJ: Editora UFRJ, 1997. Apresentação de Luiz Antônio Cunha.

THURLER, M.G. Eficácia das Escolas não se Mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. *Idéias*, 1998, nº 30, p. 175-193.

Sites consultados

www.acaoeducativa.org;

www.cnte.org.br;

www.consed.org.br;

www.fundescola.mec.gov.br;

www.ibge.gov.br;

www.cnte.org.br;
www.consed.org.br;
www.fundescola.mec.gov.br;
www.ibge.gov.br;
www.polis.org.br;
www.ipea.gov.br;
www.mec.gov.br;
www.upcme.com.br/uncme.htm;
www.inep.gov.br.

Enviado em fev./2008
Aprovado em jul./2008

Lourdes Marcelino Machado
Docente da UNESP - Universidade Estadual Paulista -
Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília
Av. Higyno Muzzi Filho, 737 - Caixa Postal: 181
CEP: 17525-900 - Marília - SP
E-mail: Imarc.machado@pesquisador.cnpq.br

Graziela Zambão Abdian Maia
Docente da UNESP - Universidade Estadual Paulista -
Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília
E-mail: graziela.maia@gmail.com

Andréia Cristina Fregate Baraldi Labegalini
Docente da Universidade de Marília
Av. Higyno Muzzi Filho, 1001 - Campus Universitário
CEP: 17525-902 - Marília - SP
E-mail: andreiaesergio@ig.com.br
